

SESSÕES DO PLENÁRIO

78ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de agosto de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(59)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Da Deputada Maria del Carmen comunicando, que em virtude da visita técnica que a Frente Parlamentar Ambientalista da Assembleia Legislativa fez à Usina de Itaipu, esteve ausente nas Sessões dos dias 03 a 06/08/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Submeto ao Plenário as atas das

seguintes sessões: 71ª, 72ª, 74ª e 75ª ordinárias, realizadas, respectivamente, em 04, 05, 11 e 12 de agosto de 2015; 29ª, 31ª, 32ª, 33ª especiais, realizadas, respectivamente, em 06, 07 e 11 de agosto de 2015.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes) - Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Alex da Piatã. (Pausa.)

Com a desistência do deputado Alex da Piatã, com a palavra o deputado Luciano Ribeiro. Logo após, o deputado Adolfo Viana.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, funcionários, imprensa, volto hoje ao tema que me parece ser de extrema importância para todo servidor público do Estado da Bahia, de todos os poderes e de todas as entidades.

Ontem, conseguimos uma vitória nesta Casa ao adiarmos a votação do regime de urgência para os projetos que o Executivo enviou. Devido à dimensão deles, pelo que podem significar na vida dos baianos, na vida dos servidores públicos estaduais, em especial a legislação sobre o Funprev, foi adiada essa votação para que pudéssemos nos debruçar sobre eles nas comissões. Esse foi o compromisso que o Líder do governo assumiu aqui, nesta tribuna, para que os projetos fossem às comissões e lá pudéssemos, então, fazer uma melhor análise deles.

Mas, de chofre, vejo que a sanha reformista dos governos do PT, especialmente na Previdência Social, tem como norte, como mote a crise fiscal e econômica que o País atravessa. E o PT, mais uma vez, rasga a sua história, rasga a sua bandeira, aquela de que as políticas públicas devem e deveriam ser baseadas nas conquistas sociais, nas conquistas dos trabalhadores.

Não se pode querer, agora, sob o argumento da dificuldade fiscal, causada pelos governos do PT em níveis estadual e federal, anular as conquistas dos trabalhadores, e nesse caso específico, as conquistas dos trabalhadores do Estado baiano em todos os seus órgãos e em todos os seus poderes.

Quero, aqui, já de início, desmitificar uma situação, meu caro deputado Hildécio Meireles, V.Ex^a que é servidor público concursado do Estado da Bahia, não pode aqui valer o argumento de que o que se está pretendendo fazer com essa lei, que modifica o Funprev, é o mesmo que se fez em nível nacional. Pois não é, são coisas distintas, são coisas diferentes.

Nós sabemos que no Brasil os servidores públicos têm tratamento diferenciado daqueles outros trabalhadores da iniciativa privada, e o que se fez em nível federal foi uma modificação na Previdência sobre o Regime Geral de Previdência Social, ou seja, para os servidores que são regidos pela CLT. Os servidores federais, cumpre aqui que nós fiquemos atentos a isso, não tiveram nenhuma modificação no seu

regime de Previdência, como quer aqui o governo do PT, que sequer fez um gesto para poder diminuir o seu déficit fiscal, através de ações de diminuição do Estado. Mas, não, querem anular as conquistas sociais, as conquistas das classes trabalhadoras para atingirem apenas os trabalhadores, aqueles que estão dando a sua vida pelo serviço público na Bahia.

Por isso, é preciso ficarmos atentos a isso. Não vale aqui, repito, o argumento de que o que se faz na Bahia é o mesmo que se fez no Congresso Nacional, lá é sobre o Regime Geral da Previdência Social, vale para os trabalhadores da iniciativa privada. Aqui não, aqui querem atingir em cheio o servidor público do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Ainda tenho tempo, Sr. Presidente, permita-me.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pode concluir, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Então, quero trazer esse alerta para essa discussão, e espero dos líderes que aqui se comprometeram que esses projetos passem pelas comissões para que lá possamos maturá-los, para que lá possamos aperfeiçoá-los e para que lá possamos travar as discussões que a relevância da matéria requer.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDNETE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Imprensa aqui presente, eu subo à Tribuna nesta quarta-feira para tratar de três assuntos diferentes. O primeiro deles, deputado Luciano Ribeiro, é com relação ao assunto que V.Ex^a acaba de trazer para este Plenário, um projeto de lei que chega a esta Assembleia Legislativa que pretende fazer alterações no Funprev.

Deputado Luciano Ribeiro, peço a atenção de V.Ex^a, o governo do Estado da Bahia promove, através da Saeb, uma grande reunião com os deputados do governo para dar as explicações que os deputados governistas precisam para votar o projeto do Fnprev.

Deputado Sandro Régis, eu queria que V.Ex^a intervisse junto ao Líder do Governo porque a Saeb, através dos seus técnicos, convocou os parlamentares governistas para uma explanação sobre o motivo que está levando a Saeb a promover as ações de mudanças no Funprev. Com a Oposição eles não chamam para apresentar absolutamente nada. E vou além disso, eles impedem que o processo passe pelas comissões para que possamos, lá, fazer as discussões e os questionamentos possíveis.

Então, o que é que o governo faz? A Saeb disponibiliza seus técnicos para apresentar as mudanças do Funprev para os deputados da base, não disponibiliza explicações para os deputados da Oposição e pede que o projeto seja votado em regime de urgência. Ou seja, o governo, mais uma vez, dá uma demonstração de que

quer esmagar a Oposição na Assembleia Legislativa.

Mas, nós vamos estudar o assunto, vamos colocar a nossa assessoria para estudar o assunto e vamos levar os projetos para as comissões, eles precisam ser debatidos no âmbito das comissões.

E aí, uma vez tratada, deputado Luciano Ribeiro, a questão do Funprev, eu, ontem, gostaria de ter feito um pronunciamento com relação às manifestações de domingo. Infelizmente, a bancada do Partido dos Trabalhadores derrubou a sessão. Estamos aqui desde que voltamos do recesso sem a oportunidade de debater, discutir através do Grande Expediente, do Horário das Representações Partidárias.

Domingo, no dia das manifestações, deputado Rosemberg Pinto, o Brasil, em quase todos os Estados brasileiros foi às ruas dar um basta ao governo da Presidente Dilma Rousseff que perdeu a condição de governar, perdeu a sua credibilidade.

Mais de 90% da população brasileira reprova o governo da Presidente Dilma. A Presidente, percebendo que não teve condição de cumprir as promessas de campanha, não teve ainda a grandeza de reconhecer que aquilo prometido no período eleitoral, não pode ser cumprido. A Presidente Dilma perdeu a popularidade, mais de 90% do povo brasileiro, a desaprova justamente porque no período eleitoral enganou os brasileiros, ou foi enganada.

E se ela foi enganada pela sua equipe tinha no mínimo, deputado Adolfo Menezes, que ter a grandeza de reconhecer que cometeu erros gravíssimos, falou inverdades para o povo brasileiro. Mas ela não faz nem uma coisa nem outra. Nem consegue organizar o governo, porque perdeu totalmente a credibilidade com o Congresso e com o povo brasileiro. E não tem a grandeza de reconhecer, deputado Bobô, que mentiu em rede nacional.

Ela, quando afirmou em rede nacional no período pré-eleitoral que a energia ia ficar 18% mais barata, enganou os eleitores do Brasil, porque hoje a população brasileira recebeu de presente um aumento de 45% no valor das tarifas de energia. Aquele cidadão que votou na Presidente Dilma acreditando que ela seguraria contas de energia...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concluindo, Presidente Marquinho Viana, 45% a mais nas taxas de energia. Então, ontem eu não tive oportunidade de usar essa tribuna para me manifestar com relação às movimentações do domingo. Mas, hoje, faço aqui, com a tolerância de V.Ex^a, Sr. Presidente, quero dizer que as manifestações foram legítimas. Elas cobravam da Presidente da República a grandeza que lhe faltou ao não reconhecer que enganou o povo brasileiro, e cobravam dela também responsabilidade para com a condução do nosso País.

Muito obrigado, o sempre elegante Presidente Marquinho Viana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra, pelo tempo de até 5

minutos, o nobre deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente o que nós vemos atônitos no Brasil, hoje, é uma briga de poder, deputado Hildécio, em que, com raríssimas exceções, os políticos estão pensando no Brasil, de todos os partidos. O que vemos em Brasília... E o Congresso Nacional, na sua quase totalidade, tem consciência e sabe que é preciso fazer uma reforma política. E não vai sair reforma nenhuma, deputado Bobô.

O Brasil sabe, deputado Sidelvan, que precisa ser feita uma reforma trabalhista, mas os sindicatos não deixam, alguns partidos não querem. Tem que ser feita uma reforma tributária, mas o Alckmin não quer perder o ICMS, ele tem 40% no Estado de São Paulo. Ele não está pensando no Nordeste, nos outros Estados.

Tem que ser feita uma reforma previdenciária. Nós vemos aqui o caso de um deputado que discursou em que as previdências estão quebradas, deputado Bobô. Aqui na Bahia, mesmo, o governador Rui Costa precisa botar 2 bilhões e meio para fechar a conta, para os aposentados receberem as suas aposentadorias.

E o que nós vemos é só política. Nós assistimos, aqui nesta Casa, quando o governador Rui Costa deu o aumento em duas vezes da inflação, sem poder, deputados criticarem e depois o ACM Neto, que dizem ter um caixa de hum bilhão e meio, fez a mesma coisa, deputado Sidelvan.

Então, administrar em crise, administrar os municípios e os estados, quando quase 70% da arrecadação do Brasil fica para o governo federal, é difícil.

O Brasil está assistindo, não adianta aqui fazer discurso só para plateia, o Brasil está assistindo aí um estado como o Rio Grande do Sul em greve, e o governador não tem o que fazer. São 400 milhões a menos mensais, não está podendo nem pagar a folha. O Distrito Federal, o Paraná, Sergipe, e se nós não tomarmos cuidado a Bahia também. O governador Rui Costa, conhecedor que é da máquina do Estado da Bahia, onde nos oito anos, como braço direito do governador Wagner, ele tem muito mais conhecimento, está raspando o tacho, está cortando as gorduras, porque senão a Bahia também, porque a economia só está começando ainda a se deteriorar.

O que nós estamos vendo aí são as notícias cada dia piores, o Brasil podendo ter a nota de rebaixamento que vai causar mais consequência, o desemprego aumentando. Então, eu acho que os homens públicos deste País poderiam se unir, fazerem um pacto e fazerem as reformas que este País precisa. Mas, o que nós vemos são deputados e senadores jogarem para a plateia.

Eu fico abismado como um deputado do PT, o deputado Valmir Assunção, numa época dessa com o Brasil andando igual a caranguejo, para trás, em relação aos outros países, um País desse onde se precisa trabalhar, deputado Hildécio, e um deputado federal propor mais um feriado, feriado de São João, com todo o respeito que eu tenho ao deputado Valmir Assunção.

Como é que um homem desse pode ser cogitado para ser, pelo menos,

candidato a prefeito de uma metrópole como Salvador? O que é que ele pensa, no século XXI, um País que ele poderia propor cortar os feriados, um País como o Brasil, ficando na posição derradeira da produtividade em relação aos países, propor mais feriado, feriado de São João! Aí vai outro propor, deputado Hildécio, feriado de São Pedro, feriado de São João. Eu quando for deputado federal, pelo menos não tenho essa pretensão ainda, como minha terra o padroeiro é Santo Antônio, eu também, se for irresponsável com o Brasil, vou propor o feriado de Santo Antônio.

Então, é brincadeira o que estão fazendo no Congresso, são esses os homens públicos.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir, Sr. Presidente Marquinho Viana. Então, são esses os homens públicos, com raras exceções. Estão brincando com o povo brasileiro, esse País não vai para lugar nenhum, não vai para lugar nenhum não, deputado, são de todos os partidos, com raras exceções, do meu, do seu, de todos, não escapa ninguém, com raras exceções.

Vou concluir, deputado Marquinho.

Aqui o Serra quer a solução, que o Temer assuma; o Alckmin quer a solução, que a presidenta Dilma fique; o Aécio quer a solução, que saia a Dilma e o Temer, então é cada um pensando nos seus interesses e o Brasil cada dia mais descendo a ladeira na saúde, na educação, na violência, porque nós estamos em guerra, guerra civil, e esse é o resultado triste desse país tão belo e tão extenso.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores funcionários aqui presentes, quero somar a minha opinião ao que aqui pregaram os nobres deputados Luciano Ribeiro e Adolfo Viana no que diz respeito ao projeto de lei que trata da previdência dos servidores públicos do Estado da Bahia, projeto esse de uma importância muito grande no qual o governo propõe alterações profundas no sistema previdenciário do Estado e, de uma forma massacrante, envia o projeto de lei para ser apreciado em regime de urgência nesta Casa.

O Deputado Adolfo Viana disse aqui que técnicos da Saeb teriam conversado, teriam exposto aos deputados da base do governo as alterações que o Poder Executivo propõe através desse projeto. E o deputado usou um termo muito próprio para o momento: “O governo massacra esta Casa na medida em que não traz esse projeto de lei para ser aqui amplamente debatido e discutido no sentido de melhorarmos o projeto de lei.” Mas ele não só massacra os parlamentares desta Casa, como também massacra muito mais ainda o próprio servidor público que vai saber,

vai sentir na sua pele, as alterações maléficas que esse projeto de lei traz para o funcionário público do Estado da Bahia.

Mas, meu caro deputado Pablo Barrozo, traz-me aqui uma outra preocupação que é a questão da Saúde do nosso Estado. E, nesse momento, parece-me que há um imbróglio entre o Ministério da Saúde e o governo do Estado da Bahia. A Saúde que já é um verdadeiro caos para os baianos, nesse momento a Bahia sofre com, praticamente, uma epidemia de três infecções provocadas por um único mosquito que é a dengue, chikungunya e a zika com aproximadamente, ou um pouco mais talvez, 100 mil casos. E o governador do Estado solicitou do ministro uma audiência e o ministro marcou e furou, não apareceu na audiência. O governador insistiu e, mais uma vez, foi marcada uma nova audiência para o dia 18 de agosto, exatamente para tratar de ajuda financeira e técnica do Ministério da Saúde para os baianos no sentido de conter essa provável epidemia que nós estamos às vésperas. E, mais uma vez, o ministro não apareceu. Ele veio à Bahia, veio a Salvador para um outro evento e não atendeu o pedido do governador.

E para piorar mais ainda essa relação o ministro garante que mandou para a Bahia cerca de 15 milhões de reais; o governo da Bahia por sua vez assegura que só recebeu 1 milhão e 600 mil reais. Portanto, ficamos sem saber onde está a razão.

E, nesse momento, mesmo fazendo parte da Bancada da Oposição, vou preferir acreditar no governador. Eu não posso entender que se alguém que recebeu 1 milhão e 600 mil pudesse admitir que tivesse recebido 15 milhões.

Portanto, eu até fico surpreso, minha cara deputada Ângela, porque já ouvi falar que governantes de partido diferentes se desentendessem. Pela primeira vez, estou ouvindo falar que governantes de um mesmo partido boicota o outro. E ainda mais, surpreende-me ainda mais não ver nenhum deputado da base do governo, muito menos do PT, subir a esta tribuna para defender o governo e esclarecer para todos os baianos o que de fato ocorre na relação da Saúde envolvendo o Ministério da Saúde e o governo da Bahia, a Secretaria da Saúde do governo do Estado.

Portanto, Sr. Presidente, temos que manifestar a nossa preocupação com a saúde geral dos baianos, não somente com os problemas da zika, da dengue e da chikungunya. O Ministério da Saúde está tendo má vontade com os baianos. Mas a nossa preocupação é com o que poderá acontecer no futuro se essa relação não for amenizada. Parece-me, meu caro presidente, que a questão é política, doméstica do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao deputado Marquinho Viana. Logo após, o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, subo a esta tribuna, mais uma vez, para elogiar o nosso governador Rui

Costa e, também, os prefeitos de Coribe, Aracatu e Riacho de Santana.

Em Coribe, o governador realizou a obra do sistema de água no povoado de Ranchinho, investimento de quase R\$ 6 milhões, que levará água também para a sede do município. E já está fazendo a licitação para a extensão de mais de 18 quilômetros de rede, que levará água de qualidade para o Município de Coribe.

Os moradores do povoado do Ranchinho estão satisfeitos com o jovem prefeito Manoel Rocha, que também inaugurou, na mesma ocasião, uma unidade de Saúde da Família, de altíssima qualidade, obra fruto de emenda do deputado José Rocha.

A população diz a todo momento que é o melhor prefeito de Coribe. Um jovem prefeito que seguirá o caminho do pai, um brilhante deputado, que foi deputado estadual quatro vezes e está no sexto mandato de deputado federal.

O jovem prefeito Sérgio Maia, do Município de Aracatu, inaugurou o estádio de futebol onde aconteceu a final do campeonato municipal, e o campeão foi o time da Gameleira. Pude observar por que as pesquisas dão uma aprovação de quase 80% da população ao prefeito do Município de Aracatu.

Acoplados a isso mais 40 sistemas de água, com 20 já instalados e outros 20 em andamento.

O prefeito Sérgio Maia está de parabéns! É um jovem e brilhante prefeito, que vem conduzindo o seu município com seriedade, demonstrando que é um prefeito correto, que cuida bem do seu povo.

O deputado Marquinho Viana obteve 4 mil votos naquela pequena cidade, fruto daquele grupo político, cuja liderança é reconhecida por sua população. Sérgio Maia é um grande prefeito que, com certeza, será reeleito, porque tem feito muito por sua terra natal, que é o Município de Aracatu.

Quando estive, sexta-feira, no Município de Riacho de Santana, também vi diversas obras do governo do Estado, e outras que o prefeito tem executado com recursos próprios, a exemplo da pavimentação asfáltica em todo o centro da cidade. Ele também realizou uma grande festa de aniversário da cidade, que tem mais de 100 anos. O seu prefeito, Tito Eugênio, está no 5º mandato, o que demonstra ser querido por todos.

Por isso, eu e o deputado Vítor Bonfim, que representamos o município, temos muito a agradecer, pelo apoio, àquele grupo.

Quero elogiar o nobre vereador Jacaré, que, na Secretaria de Obras, está à frente das obras de pavimentação asfáltica da sede do município, de todo o centro da cidade, um belíssimo trabalho, com recursos próprios. Mesmo com dificuldades financeiras em que muitos municípios se encontram, o município de Riacho de Santana vem fazendo grandes obras com recursos próprios. Isso é fruto de um administrador competente, dedicado, e que vem economizando recursos para fazer as obras que o município precisa.

Nobre presidente, gostaria que ficasse registrado aqui nos anais desta Casa que os municípios que represento vêm cuidando bem do seu povo e vêm administrando

com seriedade e com muita dignidade.

Muito obrigado a todos e até a próxima, Sr. Presidente, e obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, Imprensa, Galerias, queridos colegas deputados e deputadas, *TV Assembleia*, deputado Marquinho Viana, querido colega, competente e deputado representante daquela região, só faltou dizer por que o governador não foi, sábado, a Coribe inaugurar as obras. A desculpa que ele deu foi que Salvador não tinha teto e Salvador estava ensolarada no sábado. De helicóptero tudo bem, o governador só anda de helicóptero e não podia decolar.

O problema é que a estrada de 40 km que liga a Coribe não tem segurança, ou você é assaltado ou você capota e morre se andar acima de 70 km, ou fica parado, quebrado, a ver navios, a ermo, correndo qualquer tipo de risco. O governador não quis, na verdade, pousar próximo, o avião que todo governador tem direito e ele deveria andar esses 40 km para ver qual é a realidade de todo o Estado da Bahia. Infelizmente, ele deu uma desculpa, o famoso “migué”, para não se fazer presente no município de Coribe. Foi até bom porque o novo “governador assinatura” que assina obras de serviço mas até hoje não vimos entregar uma, a não ser com recursos do ano passado do governo federal, não foi lá mais uma vez fazer o seu teatro.

O que me traz aqui, Líder Sandro Régis, a esta tribuna hoje é um pouco desse assunto do governo com essa forma de proceder diante do Estado da Bahia, de nós deputados, da população baiana e a indignação. Pois, encontrei aqui e achei até um gesto nobre do Líder do governo, deputado Zé Neto, de me procurar, procurar a liderança da Oposição, os deputados, no sentido de esclarecer qualquer tipo de dúvida com relação ao projeto que trata dos consórcios municipais de saúde interfederativo.

O secretário de Saúde esteve aqui, se reuniu com a bancada do governo, o secretário de Administração, e em momento algum chamou os deputados de Oposição. Não sei se eles sabem que nós representamos pelo menos metade da Bahia, pelo menos foi isso que as urnas apontaram com relação aos deputados, não sei se eles sabem que representamos os servidores públicos do Estado da Bahia, que estão sendo esquecidos, ou se eles querem vir para cá com tudo já pronto, definido, sem discussão para passar o rolo compressor, o trator por cima dos servidores públicos com a aprovação do projeto de lei que trata das novas regras para o Funprev. Com fé em Deus, e aí teremos, deputado Euclides Fernandes, V.Ex^a que é chegado ao debate, a oportunidade de aqui nesta tribuna e aí com os nossos pares debatermos o que realmente vai ser aprovado aqui. Se estaremos ao lado da sanha arrecadadora do governo do Estado ou ao lado dos servidores públicos do Estado da Bahia, que são de suma importância para todos aqueles que fazem uso do serviço prestado por ele.

Quero aqui também, Líder, participar um pouco e dizer da missão que me foi incumbida de participar e estudar esse projeto com relação aos consórcios públicos interfederativos da saúde. Lendo o projeto, logo no início, vi diversas falhas mas o que mais me chamou a atenção foi que em 2010, com o governador Jaques Wagner, o secretário de Saúde, à época, Sr. Jorge Solla, criou a Fundação Estatal Saúde da Família, que já gastou R\$ 200 milhões de dinheiro público e ninguém sabe para onde foi nem de onde veio.

Todos sabem que essa fundação, forçadamente, só teve consórcio com municípios petistas. Cinquenta e oito municípios, na sua maioria, petistas, influenciados pelo então secretário da Saúde. Esses municípios foram enganados e hoje, inclusive, estão devendo R\$ 75 milhões, mais encargos, através dessa fundação.

Temos relatos de que entre as pessoas que trabalham nessa Fundação Estatal Saúde da Família não há nenhum concursado, é um cabide de emprego. Foi-se fazer um curso, gastaram-se mais de R\$ 10 milhões, deputado Sidelvan, para preparar enfermeiros, e quando se cobraram os enfermeiros, a informação oficial deles é de que só havia 19 enfermeiros trabalhando. Colocaram isso como se fosse algo extraordinário. E quando foi se verificar, só havia dois enfermeiros.

Infelizmente, o tempo aqui é pouco, mas teremos oportunidade de debater. Essas coisas, quando são malfeitas, começam malfeitas e são maculadas, como esse projeto de lei que está aqui nesta Casa. Queria-se que fosse votado com urgência urgentíssima, como ontem foi feito. Não se diz como vai ser fiscalizado, não se diz de onde o dinheiro vem, não se diz qual o tribunal que vai fiscalizar e também não está claro no projeto o porquê de se criar uma autarquia do governo do Estado para gerir recursos municipais.

Acho que se está tentando criar mais uma forma de o governo do Estado manobrar e deixar reféns os municípios da Bahia, que estão tão empobrecidos, com um governo estadual tão fraco.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Antônio Henrique pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR:- (Lê) “Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, senhores e senhoras aqui presentes, boa-tarde.

O Oeste baiano ganhou fama nacional pelo excelente desempenho na agricultura empresarial e torcemos para que os índices alcançados até o momento continuem a evoluir positivamente.

Sabemos da competência dos nossos empresários rurais, da força do agronegócio e o que ele representa para a economia daquela região.

Contundo, o que me traz a esta tribuna é a necessidade de dar meu testemunho sobre a atenção especial que o governo do Estado está dedicando à agricultura familiar no Oeste e em toda a Bahia.

No último final de semana, o secretário estadual do Desenvolvimento Rural, Jerônimo Rodrigues, esteve em Barreiras e São Desidério, onde repassou todas as boas novas que o governador Rui Costa anunciou durante o lançamento do Plano Safra 2015/16.

Entre elas, podemos comemorar:

- Que os trabalhadores da agricultura familiar na Bahia vão contar, nos próximos 12 meses, com 2,7 bilhões em crédito para investimentos;
- Que o governo do Estado garante R\$ 80 milhões através de editais para apoiar e promover a inclusão de nossos agricultores familiares;
- Que o governador assinou a adesão da Bahia ao Programa Garantia Safra, seguro que garante aos agricultores familiares a cobertura de pelo menos 50% em caso de perdas de lavoura;
- Que os governos federal e estadual assinaram ainda convênios para investimentos em infraestrutura para escoamento da produção no Estado.

Tudo isso, Srs. Deputados, além de outros temas sobre os novos rumos da agricultura familiar em Barreiras e Oeste baiano, foi tratado durante a 7ª Feira de Agricultura Familiar, em São Desidério, um município que está entre os maiores produtores de algodão do País, e mesmo assim não descuida desse outro segmento que agrega 700 mil produtores que são responsáveis por 70% de todos os alimentos que chegam à mesa dos baianos.

Então, Sr. Presidente, só nos resta, aqui, elogiar a postura do governador Rui Costa que acredita que a agricultura familiar gera empregos, agrega valor, distribui renda no campo e alimenta as cidades, mas que para isso necessita de investimentos em serviços de assistência técnica, pesquisa e extensão rural, bem como um maior apoio às cooperativas e associações rurais.

Finalizo, Sr. Presidente, informando que, neste momento, uma equipe da Secretaria do Turismo está visitando um dos mais belos pontos turísticos do Oeste baiano, que é a Cachoeira do Acaba-Vida, e conhecendo detalhes do Projeto Parque da Vida, uma arrojada iniciativa do prefeito Antônio Henrique, que irá precisar muito da ajuda do governo da Bahia para torná-la realidade.

Senhoras e senhores, muito obrigado pela atenção.

Boa-tarde!”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao deputado José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, Canal Assembleia, hoje, na Comissão de Defesa do Consumidor, tivemos uma audiência pública com a presença do diretor da Embasa, Dr. Rogério Cedraz, do representante das Associações de Defesa dos Direitos do Consumidor do Estado da Bahia e do representante do Procon, na qual discutimos, Sr. Presidente, o problema

que aconteceu em abril, a adutora que foi estourada pela construtora CCR na BR-324, causando vários danos à população.

O diretor da Embasa deu explicações com respeito às providências que foram tomadas pela Embasa. Apesar de o representante da CCR não estar presente, segundo o diretor da Embasa, a empresa está respondendo e resolvendo os problemas das famílias que perderam seus móveis e utensílios.

Com respeito à Embasa, ele explicou que o fornecimento foi feito durante 6 dias com carros-pipas, e também, automaticamente, o registro do consumo de cada pessoa foi estancado no momento em que a adutora foi estourada.

Além disso, o diretor explicou a respeito das ligações que são feitas, deixando, muitas vezes, buracos nas ruas. Tudo foi explicado.

Foi importante a vinda do diretor da Embasa pela primeira vez a esta Casa, esclarecendo tudo. Nós, como responsáveis por essa comissão, achamos que avançamos, até porque, sabemos que o Procon tem prestado relevantes serviços, tem comparecido também à essa comissão e tem dado suporte aos consumidores da Bahia, não só de Salvador, mas de muitas cidades da Bahia.

Tivemos a presença de vários representantes da sociedade civil, das associações de bairros, que reclamaram também da Embasa com respeito à questão das ligações.

Sr. Presidente, acho que cumprimos com o nosso dever. Esperamos que a CCR realmente atenda às demandas daquela população, que, segundo informações que temos, ainda não foram atendidas.

O próprio diretor da Embasa explicou que a atuação da empresa continua naquela localidade, fazendo os ajustes necessários para que a população não tenha mais esse problema.

Fizemos perguntas ao diretor da Embasa com respeito aos planejamentos de obras, quando serão executadas, se todas as empresas que executarão obras como essa, obras de grande porte, têm o mapeamento por onde passa a tubulação da Embasa, para que se possam evitar esses problemas que causam transtornos à vida da população como também às pessoas que têm trabalhado dia e noite para sobreviver e não podem, realmente, pagar mais ainda pelo preço do consumo da água, o líquido precioso.

Então, Sr. Presidente, era isso o que eu gostaria de dizer. Quero também chamar a atenção para o fato de que, nesta sexta-feira, a Comissão da Saúde e Saneamento desta Casa estará na cidade de Vitória da Conquista, atendendo à solicitação do nosso amigo, o deputado Herzem Gusmão, que apresentou um requerimento. O presidente da Comissão da Saúde e Saneamento, em razão de outros compromissos assumidos, não poderá estar presente, mas eu, na condição de vice-presidente, estarei lá para cumprir a nossa agenda...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- (...) e para atender a população da cidade de

Vitória da Conquista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, colegas da imprensa – hoje só temos um solitário colega – funcionários desta Casa, os que nos acompanham através da TV Assembleia, a quem eu saúdo, visitantes que ocupam as Galerias Paulo Jackson, realmente, sexta-feira teremos uma importante audiência pública sobre saúde.

É uma honra estar nessa audiência pública presidida pelo deputado José de Arimatéia, em razão da ausência – ele justificou – do presidente da Comissão da Saúde e Saneamento, deputado Alan Sanches. Quero confirmar que o secretário, Dr. Fábio Vilas-Boas, em razão da sua agenda previamente marcada, não poderá comparecer sexta-feira, mas designou o Dr. José Rodrigues, superintendente da Regulação, para representá-lo no debate sobre os problemas de saúde de Vitória da Conquista e de toda a região Sudoeste.

Quero manifestar a minha alegria, porque, ontem, na relação dos 23 projetos de lei que serão votados, segundo o presidente Marcelo Nilo, dentro do prazo de 15 dias a contar da próxima terça-feira, estava ou está um projeto de lei da nossa autoria que permitirá ao governo do Estado o parcelamento do IPVA em 10 vezes. Sabemos que o IPVA se tornou impagável para muita gente. A prova disso – nós realçamos aqui – é que o jornal Tribuna da Bahia divulgou, nesta semana, a manchete: “De cada três veículos que circulam na Bahia dois estão com o licenciamento vencido.” Temos uma frota de mais de 3 milhões e 700 mil carros, ou seja, quase 70% da frota!

Esperamos, realmente, que esse projeto seja aprovado nesta Casa. Tenho a certeza de que os deputados sensíveis a esse projeto haverão de aprovar, até porque é melhor para o governo. Com uma inadimplência escandalosa... Existia e existe a inadimplência histórica, e agora a inadimplência que atinge 70% da frota, em razão da crise que se instalou no País.

Quero também registrar, com alegria, que amanhã estremos, inclusive com o líder Sandro Régis, integrando uma delegação de deputados, uma comitiva. Iremos a Ilhéus. Sairemos daqui às 8h30min. Em Ilhéus visitaremos as obras paralisadas. São 193 obras paralisadas no Estado da Bahia. De lá iremos até Itabuna, e de Itabuna até Itapé. Estamos iniciando uma maratona em nove regiões do gigantesco Estado da Bahia, que é do tamanho da França. Haveremos de visitar todas essas obras, para trazer um relatório que funcionarão como um despertar para o governo, porque essas obras prometidas são importantes.

Por falar em obras, queremos lembrar que, no primeiro semestre, foi dito aqui que a licitação do aeroporto de Vitória da Conquista sairia em junho, e não saiu. O

presidente do Movimento Conquista Pode Voar Mais Alto, anunciou, em relação ao nosso aeroporto regional, uma sessão especial para o dia 18. Isso foi suficiente para que a Prefeitura noticiasse que o projeto estará pronto em outubro, mas a licitação só será publicada em 2016, talvez numa tentativa de esvaziar, de abortar essa sessão especial. Mas hoje falei com o presidente do movimento e ele confirmou a sessão especial para o dia 18 de setembro. Está marcada e confirmada.

Quero saudar os jovens e crianças que embelezam esta Casa. Vocês não sabem a alegria que temos em recebê-los.

Um grande abraço!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Gostaria de parabenizar os alunos da Escola Municipal Tenente Almir, do bairro do Lobato.

Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa da Bahia!

Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CÔROA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, faço uso da palavra para parabenizar o diretor-presidente da Embasa pela exposição realizada, hoje, na Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho. Com certeza, o presidente correspondeu às expectativas ao apresentar o Plano de Gestão da Embasa, bem como ao responder às perguntas feitas pelos deputados e populares presentes. Ele demonstrou, com muita tranquilidade, muita segurança e, acima de tudo, muito compromisso, a importância e o papel desenvolvido pela Embasa em nosso Estado.

Ele não fugiu de pontuar as dificuldades, citou a questão econômica, mas, com muita segurança, mostrou que a Embasa está sob uma boa direção e, sem dúvida alguma, vai corresponder muito aos interesses da nossa sociedade. Isso é extremamente importante.

Sr. Presidente, estamos discutindo a reestruturação e a organização da saúde em nosso Estado. Hoje, também o secretário da Saúde fez uma exposição a alguns deputados que solicitaram uma conversa com ele. Nessa exposição, apresentou o plano que regionaliza e interioriza a saúde pública com muito mais eficiência e que atenderá, através de um sistema de consórcio, a todas as áreas de identidade do nosso Estado e a todas as regiões, consequentemente, permitindo uma melhor acessibilidade da população à saúde, o que é um direito constitucional.

O deputado Rosemberg Pinto estava ali, demonstrando o Plano de Gestão de Saúde do Estado, que, sem dúvida alguma, é um dos grandes passos para avançar mais ainda a qualidade da saúde em nosso Estado.

Sr. Presidente, podemos afirmar que, sem dúvida, essa é uma ação que contempla e respeita as diversidades regionais e reafirma o papel e a importância da relação de saúde num contexto de consórcio que envolve todos os municípios de uma

região, incluindo nesse processo as ações dos municípios, também, como parte fundamental, reafirmando, cada vez mais, o papel e a importância do maior plano de saúde pública posto no mundo: o SUS.

Aproveito, Sr. Presidente, para dizer que, na Comissão dos Direitos da Mulher, tivemos uma temática importante: a discussão do gênero no Plano Estadual de Educação, a discussão do papel e da importância da reafirmação de gênero e sexualidade no contexto da educação. Que bom dizer isso, porque estamos aqui recebendo mais uma visita de estudantes no nosso plenário, conseqüentemente, na nossa Casa. Esse é um dos trabalhos mais significativos para a educação de envolvimento com esta Casa e consiste em aproximá-la do estudante, para que ele possa ter conhecimento com propriedade do papel, da responsabilidade, do compromisso, dos deputados e desta Casa. Isso aproxima, sem dúvida alguma, cada vez mais, os setores mais jovens da política. No passado, éramos condicionados a negar a política como instrumento importante de transformação e consolidação da sociedade, porque a política era privilégio de poucos que conduziam os interesses de muitos. E com o projeto novo, imposto no Brasil a partir do presidente Lula, conduzido na Bahia a partir do governador Jaques Wagner e, no Brasil, hoje com a presidenta Dilma, temos vivenciando uma real transformação, recompondo o processo democrático e reafirmando cada vez mais a participação popular e os interesses da sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, quero encerrar parabenizando e agradecendo, ao mesmo tempo, aos educadores, a todos os servidores desta Casa que fazem esse programa importante da Assembleia Legislativa, ao setor de informação e educação da Assembleia Legislativa, aos nossos estudantes e colegas educadores que nos visitam neste momento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson e, por último, o deputado Rosemberg.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^a Deputada Ângela Sousa, Srs. Deputados, há pouco, eu estava ouvindo o deputado Sandro Régis fazer uma observação de como fala fácil o deputado Herzem Gusmão.

Passou-me um filme, Sandro, de quando eu, menino, com 18 anos, começando no rádio, procurei espelhar-me nas grandes figuras do rádio da Bahia. E recebi informações de que, em Vitória da Conquista, havia uma fera e essa fera se chamava Herzem Gusmão. O tempo passou, e eu vim a conhecer Herzem Gusmão pessoalmente num almoço com o governador Jaques Wagner, na Governadoria. E me lembro muito bem de que naquela entrevista com o governador, Herzem, “zangão”, cara fechada, cara amarrada, não fez uma pergunta, nenhuma observação ao governador. Não sei se insatisfeito com o que foi apresentado ou porque concordou com tudo o que disse o governador Jaques Wagner.

É por isso, Sandro, que ele tem essa facilidade de se comunicar. Afinal de

contas, caminha para 50 anos nesse ofício, 50 anos de rádio. Parabéns, meu querido colega Herzem Gusmão!

Mas eu peço que conste nos Anais da Assembleia o artigo do jornal Tribuna da Bahia, do dia de hoje, do jornalista Osvaldo Lyra, com o título: “Uma Assembleia Legislativa engessada”. O ponto de partida do jornalista foi justamente um pronunciamento nosso, na semana passada, quando fizemos a observação a respeito da atuação, hoje, das Assembleias Legislativas, de um modo geral.

E, no seu artigo, ele começa dizendo o seguinte: “De pés e mãos amarrados, deputados estaduais baianos voltaram a elevar o tom nas críticas ao engessamento existente hoje na Assembleia Legislativa da Bahia, que, segundo muitos deles, se transformou numa Casa meramente homologatória dos atos, projetos e decisões do governo do Estado. Não se vota nada ou quase nada de autoria dos próprios parlamentares. O desestímulo é geral. Para o deputado Carlos Geilson, hoje sem partido, a restrita atuação do legislador estadual, não só na Bahia como em todo o país, preocupa. Ele diz que praticamente não se debate os projetos dos deputados, já que quase todos que são apresentados acabam se esbarrando nos “vícios de iniciativa”, com o argumento de que são inconstitucionais, pois criam despesa para o Executivo. De acordo com ele, com esse modelo atual, as Assembleias ficam completamente engessadas e muitos projetos de interesse da própria sociedade ficam engavetados sem, sequer, serem levados para votação em plenário. Sem contar que esse cenário acaba desestimulando os próprios deputados, como aconteceu no primeiro semestre do ano, quando 11 deles não apresentaram nenhuma proposição.”

E aí o jornalista continua fazendo essa observação. É importante que se debata isso, pois a sociedade nos cobra. Qual o projeto que foi apresentado? Eu, particularmente, tenho em torno de 25 projetos na Casa e, de todos os projetos, apenas um virou lei.

Agora, apresentei um projeto, uma lei estadual sobre a cobrança de estacionamento em shoppings e supermercados etc. É um projeto que atende aos interesses da sociedade. Esse projeto precisa ser debatido, precisa ser discutido. A Assembleia não pode ficar apenas votando os projetos do Poder Executivo. O Governo tem a sua Maioria e a trata não sei se com chicote ou com o carinho. Mas, de qualquer forma, a gente ouve aqui muitos deputados insatisfeitos; têm, porém, medo, temem enfrentar o Governo e votam cegamente os projetos do Executivo. E os deputados de oposição—que usam a goela, a voz, o discurso, discordam, apontam as falhas, os equívocos — são vencidos pelo cansaço, são vencidos pelo tempo, e os projetos do Executivo acabam sendo aprovados.

Mas será que estamos aqui só para votar projetos do Executivo? Obviamente que não. Precisamos votar os nossos projetos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Projetos que são maturados pela cabeça de seus parlamentares. Aqui tem projetos e mais projetos que com certeza atenderiam plenamente aos anseios da sociedade. É isso que defendemos. Mais uma vez, volto a

clamar que se votem projetos dos deputados para que a sociedade conheça, com mais profundidade, o papel de cada um.

Até mesmo porque são poucos os que acompanham o trabalho parlamentar, são poucos os que acompanham os trabalhos dos deputados desta Casa, e nós não podemos viver do fisiologismo, do assistencialismo. Esse não é o papel do legislador. Portanto, fica aqui minha observação e meu clamor para que esta Casa vote projetos dos deputados.

Um grande abraço, meu caro presidente Adolfo Meneses.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o último orador, deputado Rosemberg Pinto, por 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores e visitantes das galerias Paulo Jackson, meu querido presidente, deputado Carlos Geilson, V. Ex^a levanta um tema pelo qual eu venho batalhando o tempo inteiro. Nós também temos uma culpa imensa por fazer com que esta Assembleia seja vista pela sociedade, ou até por alguns segmentos da política, como algo extremamente rebaixado, do ponto de vista da importância para os interesses da sociedade baiana.

Nós reduzimos o debate a defesas e ataques ao governo, quando, eu acho, tínhamos que aproveitar esse espaço para fazer um debate de conteúdo, de conceito do que é bom para os baianos e para as baianas. Venho todos os dias a este Plenário. Ainda ontem, o deputado Adolfo Viana fez uma brincadeira comigo com relação ao fato de eu ter pedido quórum da sessão. Não que eu não goste de debater, eu vi, por exemplo, o deputado Luciano Ribeiro fazer um pronunciamento de conteúdo, um pronunciamento sobre o Planserv, o Fundo de Previdência dos servidores. É isso que eu quero também debater. O Fundo dos servidores, o Planserv, se nós formos compreender, estudá-los para que possamos fazer o debate aqui, é de fundamental importância as duas interferências que o governo propõe para esses dois fundos de ação para os servidores. Se não fizermos essa mudança, eles tendem a terminar, e nós precisamos verificar a fraude que acontece no Funprev: algumas pessoas acabam fazendo casamentos fictícios para dar assistência a determinadas pessoas... Nós precisamos coibir esse tipo de coisa. Tem que ter um limite, do ponto de vista da manutenção do pecúlio, quando um homem ou uma mulher se casa com idade menor que a do parceiro. Isso todos os planos preveem, e o do Estado tem que prever também. É inadmissível aqui o neto de um servidor ter o Planserv até os 35 anos. Isso quebra qualquer plano. Eu quero fazer esse debate, sem nenhum problema, para preservar os interesses dos servidores do Estado. Mas ficamos aqui debatendo acusações, de lado a lado, que não levam a coisa alguma.

Hoje aqui eu ouvi o deputado Hildécio falar sobre uma pseudorreunião entre o Governador e o ministro da Saúde, ou seja, não sei de onde ele tirou que há um distanciamento. O Secretário de Saúde estava, hoje, aqui na Casa, com os deputados. Dizer que há um distanciamento entre as questões da saúde, tanto no plano federal

quanto no estadual, e esta Casa é não compreender o seu funcionamento.

Primeiro, não houve nenhuma reunião marcada ou desmarcada. O Governador Rui Costa conversa com a presidenta Dilma, com qualquer ministro a qualquer hora. Quando ela convidou todos os governadores para se fazer presente em Brasília, para debater os problemas da sociedade brasileira, do seu lado estava o Governador Rui Costa, como uma demonstração do carinho e da importância que ele tem no plano nacional. Não é esse debate chulo que a gente faz aqui. Isso é o que deixa a imagem da nossa Casa tão desgastada.

Por último, o deputado Adolfo Viana falou aqui das manifestações de domingo. Aqui na Barra, não foi uma manifestação, foi uma festa. Uma ruma de gente cheia de dinheiro que marcou, num domingo, para ir lá brindar com os amigos, passear, divertir-se, pagar algumas pessoas para carregar algumas bandeiras – você conseguia distinguir quem estava carregando a bandeira e quem estava passeando. Havia algumas pessoas, na maior cara de pau, envolvidas em denúncia de corrupção, passeando como se fossem os paladinos da moralidade. Depois foram brindar nos principais bares da cidade. Na Marina, os donos dos restaurantes disseram que nunca venderam tanto depois de uma manifestação. Eles querem que todo domingo tenha uma manifestação igual àquela para depois os grandes restaurantes da Bahia superlotarem e venderem os seus produtos, porque é uma festa de quem não passa fome.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não havendo quórum, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.